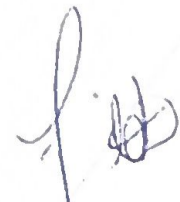


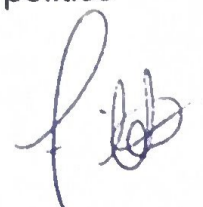
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
PROTEÇÃO UNIDA DE SANTA CATARINA
CNPJ 52.801.191/0001-94

Aos **03 dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco**, reuniram-se os Senhores (as) membros da associação Proteção Unida de Santa Catarina, na sede da associação, situado no endereço Abelardo Manoel Peixer, 48 lj. A, Cep: 88110-055, bairro: Barreiros – São José - SC, as 19h00min em Segunda convocação conforme edital publicado, para a Assembleia Geral Ordinária. Aberta a assembleia O Sr. Francisco se disponibilizou a presidir a assembleia, e a Sra. Camila Maria Elias Leal para secretariar. Em ato contínuo foi passado as ordens do dia: **1. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior:** o presidente Francisco Luis Koch, fez a leitura e e foi aprovada por unanimidade a ata da assembleia anterior. **2. Alteração do Estatuto Social da Proteção Unida de Santa Catarina:** Dando início aos trabalhos, o presidente Francisco Luis Koch, deu início aos trabalhos apresentando o Estatuto após alterações. As alterações aprovadas foram: No capítulo I, foi acrescentado: “de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, cultural, educacional e de saúde”. No capítulo III, o parágrafo único passou a ser denominado parágrafo 2º, e foi acrescentado o Parágrafo Terceiro com as seguintes informações: “Parágrafo Terceiro - Para o desenvolvimento de suas atividades e a captação de recursos, a associação poderá, de forma complementar: **a.** Atividades Culturais e Esportivas: Realizar e participar de eventos, competições, festivais, exposições, campanhas e produções artísticas, culturais e desportivas que visem a conscientização sobre o bem-estar animal e a arrecadação de fundos. **b.** Ações de Saúde e Segurança Alimentar: Desenvolver programas voltados à promoção da saúde integral (física e mental) e à garantia da segurança alimentar e nutricional de seus membros, voluntários e, em especial, das protetoras e protetores de animais cadastrados em situação de vulnerabilidade. **c.** Projetos de Prevenção e Educação: Promover palestras, cursos, workshops e campanhas educativas sobre a prevenção de zoonoses, os benefícios da castração e os cuidados básicos com a saúde animal. **d.** Atividade de Advocacy e Controle Social: Propor, defender e monitorar a criação e a implementação de políticas públicas voltadas à defesa dos direitos dos animais e à promoção da saúde única (animal, humana e ambiental), atuando junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para influenciar a elaboração de leis e orçamentos que beneficiem a causa. **e.** Promoção do Voluntariado: Organizar, capacitar e promover o trabalho voluntário como ferramenta de engajamento cívico. **f.** Realização de Estudos e Pesquisas: Desenvolver, apoiar ou divulgar pesquisas e levantamentos de dados sobre a população



36 animal e o impacto de políticas públicas para embasar suas ações. **g.** Celebração de
37 Parcerias: Fimar convênios, contratos, termos de fomento, termos de colaboração e acordos
38 de cooperação com entidades públicas e privadas, universidades e organizações
39 congêneres". No capítulo IV. em seu artigo 7, foi acrescentada a seguinte informação: "sem
40 distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político". No artigo 8 foi
41 acrescentada a seguinte informação: "A menos que haja má-fé, dolo ou fraude, como uso
42 indevido do nome da associação ou abuso da personalidade jurídica". No artigo 11 foi
43 acrescentado: "e recebem um certificado em sua homenagem". No capítulo V. em seu artigo
44 16. Alínea foi alterada e passou a ter a seguinte redação: Apreciação e aprovação do
45 Relatório Anual e Balanços Contábeis e Financeiros do exercício anterior,
46 Demonstrativos Contábeis e Plano de Ação para o novo exercício; e no parágrafo
47 primeiro foi retirado o termo: membros fundadores, e ficou somente "membros efetivos". No
48 artigo 18, Parágrafo único, o texto anterior foi substituído por: "Terão direito a voto nas
49 assembleias os associados efetivos". O Artigo 21, alínea "d" passou a ter a seguinte descrição:
50 "Encaminhar anualmente aos associados efetivos, Relatórios de Atividades, Balanço
51 Contábil, Demonstrativos contábeis e Financeiros das despesas administrativas e de
52 projetos; bem como os pareceres do Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre
53 os balancetes e balanço anual. No capítulo VII, no artigo 23 onde mencionava conselho
54 consultivo, foi substituído por "conselho deliberativo". No capítulo IX., foi acrescentado no artigo
55 30: "O patrimônio e os recursos financeiros da associação serão constituídos, também, por: **a.**
56 Contribuições dos associados; **b.** Legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito
57 público ou privado, nacionais ou estrangeiras; **c.** Rendimentos de bens móveis, imóveis e de
58 aplicações financeiras; **d.** Receitas provenientes de eventos, campanhas, bazares e venda de
59 produtos promocionais; **e.** Contratos e termos de parceria firmados com o poder público ou
60 com entidades privadas; **f.** Direitos autorais e de propriedade intelectual. No Capítulo X, artigo
61 34, foi acrescentada a seguinte informação: "Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal
62 não serão remunerados, sob qualquer forma ou pretexto, pelo exercício de seus cargos,
63 sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação ou
64 vantagem. O título do Capítulo XI. Da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de
65 Interesse Público de Acordo Com a Lei nº 9.790, de 23 de Março de 1999, foi retirado, pois a
66 assembleia compreendeu que a Proteção Unida de Santa Catarina não é uma OSCIP, com
67 isso o próximo capítulo passou a ter essa numeração e os outros sucessivamente. Os artigos
68 39 e 40 foram excluídos, alterando a numeração dos artigos posteriores. O artigo que antes
69 da alteração era o 42 e passou a ser o 40, teve sua redação alterada passando a ter a seguinte
70 redação: "É vedada à PROTEÇÃO UNIDA a participação em campanhas de interesse político-





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES, TUTELAS
 E PESSOAS JURÍDICAS E TÍTULOS E DOCUMENTOS**

Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas e
 das Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos
 Rua Koesa, 283, KobraSol, São José - SC
Ana Maria Linhares Locks
 Registradora

Certidão de Averbação de Pessoa Jurídica

Certifico, a requerimento da parte interessada, que na data de 08/12/2025, foi protocolado sob nº 186440 a 1ª AVERBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS do registro de origem nº 14930, sendo registrado na data de 15/12/2025, sob nº 16269, livro A-76, folha 269, o documento a seguir identificado pelos dados que dele extraí:

Apresentante: PROTEÇÃO UNIDA DE SANTA CATARINA.
Natureza do Título: Ata da Assembleia Geral Ordinária datada de 03/11/2025.
Indicador: FRANCISCO LUIS KOCH, Presidente, inscrita no CPF nº 015.799.509-73.
Características: Sede na Rua Abelardo Manoel Peixer, 48 lj. A, bairro Barreiros, São José /SC, CEP 88110-055. Inscrita no CNPJ nº 52.801.191/0001-94; Neste ato teve Alteração Estatutária, Prestação de Contas de 2023 e 2024 e Renúncia e Eleição do novo membro do Conselho Fiscal.

Averbado no registro 14930, folhas 130, livro 72 e protocolo nº 184830. Sendo este o último registro até a presente data.

Observação: Conforme dispõe o artigo 121, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.015/73, os documentos apresentados em papel poderão ser retirados pelo apresentante nos 180 (cento e oitenta) dias após a data da certificação do registro ou da expedição de nota devolutiva. Decorrido este prazo, os documentos serão descartados.

São José - SC, 15 de dezembro de 2025

Nathaly F.
NATHALY PAIXÃO PEREIRA
 Escrevente

- Digitado por: NATHALY PAIXÃO PEREIRA
- 1 ISS - R\$ 7,28
 - 1 Serviço cartão - R\$ 1,84
 - 1 Averbação de documento Registrados em Pessoa Jurídica sem valor declarado - R\$ 119,10
 - 1 Selo de Fiscalização Normal (HQO36378-X5FP) - R\$ 0,00
 - 1 Arquivamento de documentos para registro - R\$ 26,46
 - 1 FRJ (Destinação: 24,42% FUPESC, até 24,42% Assist. Jud. Gratuita, 4,88% MP, 26,73% Ressarc. de atos isentos, 19,55% TJSC.) - R\$ 33,08
 - Total: R\$ 187,76



Poder Judiciário
 Estado de Santa Catarina
 Selo Digital de Fiscalização Normal
HQO36378-X5FP
 Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas e das Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos da Sede da Comarca de São José - SC

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E OU RA SURTA:

AAB 1197301

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL